

Fukushima não assusta a Índia

3 de Maio, 2011 - 10:14h

A tragédia de Fukushima, no Japão, não fez a Índia desistir da construção do maior complexo nuclear do mundo em Jaitapur, na costa ocidental, embora o governo tenha anunciado que imporá um rígido regime de segurança. Por Ranjit Devraj/IPSnews.

“O projecto de Jaitapur será implementado em etapas, e a primeira incluirá dois reactores de 1.650 mega watts”, diz uma declaração oficial divulgada após uma reunião de alto nível realizada na semana passada com a participação do primeiro-ministro, Manmohan Singh. Será feita uma avaliação de impacto ambiental dos reactores, que serão importados da França, antes de começarem as operações em 2019, acrescenta o comunicado.

Inicialmente, estava previsto que o projecto no Estado de Maharashtra contaria até 2018 com seis reactores de 1.650 mega watts (MW), fornecidos pela companhia francesa Areva. A iniciativa não sairia por menos de 12 mil milhões de dólares. A mesma empresa também fornecerá o urânio para que possam funcionar. Cada reactor terá o seu próprio sistema de segurança independente, serão operados e passarão por manutenção separadamente, informou o ministro do Meio Ambiente, Jairam Ramesh, após a reunião do dia 26 de Abril. “Em Fukushima houve uma falha em cadeia dos reactores e é isto o que preocupa as pessoas em relação a Jaitapur”, afirmou.

O governo também anunciou que aprovará uma lei para criar a Autoridade Reguladora Nuclear autónoma que substituirá a Junta Reguladora de Energia Atómica, muito criticada por sua falta de independência em relação ao poderoso e hermético Departamento de Energia Atómica. “É muito bom”, afirmou A. Gopalakrishnan, cientista e ex-presidente da Junta Reguladora, que há anos realiza uma cruzada contra o funcionamento secreto desse órgão.

Gopalakrishnan disse à IPS que espera que a lei “proporcione a transparência e a responsabilidade suficientes, pois é a melhor maneira de prevenir algo como o ocorrido em Fukushima”. Vários “incidentes” na Índia foram abafados apenas porque o sector nuclear civil está incluído na Lei de Segredos Oficiais, que remonta à época colonial, explicou o cientista. O comunicado oficial também diz que se procurará a assistência da Equipa de Revisão de Segurança Operacional da Associação Internacional de Energia Atómica e que “será usada a melhor perícia disponível para garantir os mais altos níveis de segurança”.

O governo informou que em breve anunciará novos pacotes para compensar as pessoas afectadas pela expropriação de terras para instalação do parque nuclear, em resposta aos protestos na região de Jaitapur, lançados por organizações defensoras de agricultores e pescadores. “O governo de Maharashtra e a Corporação de Energia Nuclear da Índia

Limitada negociam um generoso pacote de compensação que logo será divulgado?, diz a nota oficial.

Os confrontos entre manifestantes e policiais, há cerca de 10 dias, deixaram um morto e 20 feridos. O partido de direita regional Shiv Sena também declarou que não deixará que nenhum parque nuclear seja instalado em Maharashtra. Cidadãos ilustres enviaram, em Março, uma petição ao primeiro-ministro pedindo uma revisão independente da segurança das instalações nucleares da Índia e uma moratória sobre futuras actividades atómicas.

Entre os signatários estão o ex-chefe da Marinha da Índia, Lakshminarayan Ramdas; o ex-vice-reitor da Universidade de Delhi, Deepak Nayyar; os historiadores Mushirul Hasan, Romilda Thapar e Ramachandra Guha; os economistas Amit Bhaduri e Jean Dreze, além de escritores, como Arundhati Roy e Nayantara Sehgal. A geração centralizada de energia nuclear fomentou o hermetismo e levou ao surgimento de uma ?elite de tecnocratas irresponsáveis, não democráticos e com interesses criados?, afirmou Ramdas.

O governo reiterou o seu plano de quadruplicar a produção de energia nuclear, passando dos actuais 4.650 MW para 20 mil MW até 2020, argumentando que o país tem uma enorme necessidade e que é uma importante fonte alternativa limpa. Os 20 reactores existentes são pequenos, de construção local e baixa produção, e representam menos de 3% da matriz energética.

Esta situação é atribuída ao embargo a materiais e tecnologia que pesa sobre a Índia, por explorar de forma clandestina um dispositivo nuclear em 1974. No entanto, tudo mudou depois dos países do Grupo de Fornecedores Nucleares (GSN) terem oferecido uma isenção especial e específica para este país, não signatário do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, para reiniciar o comércio internacional de material nuclear. A decisão seguiu o histórico Acordo de Cooperação Nuclear Civil Índia-Estados Unidos, de 2008.

Gopalakrishnan é favorável ao ?avanço necessário? para expandir a energia nuclear, mas se coloca contra o projecto de Jaitapur porque está baseado em considerações políticas que não consideram questões de segurança a respeito dos Reactores Pressurizados Evolutivos (RPE) da Areva, não testados. O primeiro reactor RPE, em construção em Oliluoto, na Finlândia, está envolvido num litígio por questões de segurança. Algo semelhante acontece com o segundo, fabricado em Flamanville, na região francesa da Normandia, que chegou a colocar em risco o futuro da Areva. ?O acordo com a Areva foi uma troca pelo apoio da França à isenção especial que o GSN deu à Índia?, afirmou o cientista.

Artigo de **Ranjit Devraj** publicado em [IPSnews](#) ^[1]/Envolverde.

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogsfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)

- Wikifugas
- Ficha Técnica

URL de origem: <http://www.esquerda.net/artigo/fukushima-n%C3%A3o-assusta-%C3%ADndia>

Ligações:

[1] <http://www.ips.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=7031>